

REVISTA

# AÇÃO MULHERES

ANO 2 . OUTUBRO 2023



## Moradia digna: o caminho é coletivo e o protagonismo é das mulheres

Desafios, avanços e resistência marcam a Ação Mulheres

**Pág. 06**

O impacto de grupos produtivos nas comunidades

**Pág. 09**

Educação popular, caminho que emancipa mulheres

**Pág. 12**



# EXPEDIENTE

## JUBILEU SUL BRASIL

### EQUIPE EXECUTIVA

Alessandra Miranda  
Marcelo Edmundo  
Rosilene Wansetto  
Sandra Quintela

### EDITORAS

Flaviana Serafim  
Jucelene Rocha

### REDAÇÃO

Alessandra Miranda  
Isabela Vieira  
Flaviana Serafim  
Jucelene Rocha  
Magnólia Said  
Sandra Quintela

### FOTOGRAFIAS

Adriana Medeiros  
Ana Paula Evangelista  
Flaviana Serafim  
Isabela Alves  
Juce Rocha  
Lucas Calisto  
Mila Souza  
Patrícia Cabral  
Raiz Policarpo  
Sherlen Borges

### PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO

Utópika

### COLABORAÇÃO E ARTICULAÇÃO LOCAL

Belo Horizonte (MG) - Karla Monteiro  
Fortaleza (CE) - Taciane Soares  
Manaus (AM) - Marcela Vieira  
Porto Alegre (RS) - Jamile Mallet  
Rio de Janeiro (RJ) - Gorete Gama  
Salvador (BA) - Raimunda Oliveira  
São Paulo (SP) - Ana Paula Evangelista

### ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Joseanair Hermes

### ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Andrea Pereira Nascimento  
Lucimeire Araújo Paludette

### ASSISTENTES DE PROJETOS

Carolina Mendonça  
Raissa Lazarini

Esta publicação foi produzida com o apoio de fundos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha por IFA (Institut für Auslandsbeziehungen) e Programa de Financiamento Zivik, Cafod, DKA e cofinanciamento da União Europeia. Seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva da Rede Jubileu Sul Brasil e não necessariamente representa o ponto de vista dos financiadores.

Realização



Parceria



Apoio



# Como apresentar em uma revista um trabalho tão “ensinador” e revelador?



**Por Sandra Quintela**

*Economista, educadora popular, articuladora da Rede Jubileu Sul Brasil e membro da coordenação executiva da Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais”.*

Em 2021 começamos, por meio de algumas organizações membro da Rede Jubileu Sul Brasil, uma ação de formação e fomento à organização e fortalecimento de grupos de mulheres em áreas de ocupação em sete capitais do Brasil. A Rede Jubileu Sul, através de sua coordenação e secretaria executiva, foi a responsável pela construção político-pedagógica dessa ação que vai ao encontro da questão mulher, um eixo de atuação que desde 2017 é prioritário na Rede.

A partir de 2022 a ação se ampliou, já atuamos nas cidades de Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), e a Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais” se estruturou com os eixos formação, organização e mobilização. Trabalhamos temas como direito à moradia, soberania alimentar, feminismo comunitário, trabalho de base e, em particular, os temas da dívida pública financeira e as dívidas sociais.

Estudamos o orçamento público, em algumas capitais apresentamos emendas parlamentares e, aos poucos, vamos ampliando a ideia de dívidas sociais, das quais dizemos, as mulheres são as principais credoras.

A partir dos processos locais, respeitando as características de cada lugar, de cada cultura e forma de organização, fomos tecendo a rede desde cada território. Nos 40 grupos de mulheres onde atuamos de forma regular e sistemática, sentimos a importância do trabalho de base, a importância de fortalecer a organização popular das mulheres que lutam por acesso a direitos, ao mesmo tempo em que se auto-organizam buscando estratégias para garantir a vida material.

O contexto onde esses grupos estão? Muito abandono por parte do Estado e muita ausência de movimentos populares mais experientes. A presença da bala, seja do tráfico, milícia e/ou polícia, e da bíblia com a força que o fundamentalismo religioso impõe, também marcam a realidade cotidiana. Entre uma e outra estão as mulheres negras, empobrecidas, com seus filhos e filhas, idosos e idosas buscando sobreviver do Oiapoque ao Chuí deste país de dimensão continental.

Estamos felizes em apresentar essa terceira revista sobre a Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais”. Que possa servir de inspiração para o fortalecimento do trabalho de educação e organização popular.

# Ação Mulheres: protagonismo das comunidades

No Brasil, as comunidades e ocupações se organizam em resposta às ausências do poder público. Esta é uma realidade cada vez mais presente na conjuntura política do país. Durante a pandemia da Covid-19, enfrentando uma dura realidade para a sobrevivência sanitária e cotidiana, sem renda e lidando com muitos problemas sociais, as mulheres foram mais afetadas pelo desemprego e, automaticamente, pela falta de comida no prato. As comunidades se ajudaram, foram protagonistas e criativas, repartiram a comida de cada dia.

Passada a pior fase da pandemia, problemas antigos e novos se misturam e desafiam ainda mais a vida das famílias que vivem nas comunidades ou ocupações. A estrutura social do país segue com muitos problemas relacionados ao aumento das violências, à fome e à sede, ausência de emprego ou precariedade nas relações trabalhistas, além da extrema violência que os agentes da segurança públi-

ca dedicam às comunidades mais empobrecidas. Todos estes problemas carregam em si o racismo e o machismo, como estrutura geradora de violações.

As comunidades e ocupações urbanas ou rurais são constituídas por vários elementos. São potencialidades identificadas através das manifestações criativas, culturais, econômicas e de sobrevivência comum, mas também refletem muitas violações. Na Ação "Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais", os sinais concretos da força da comunidade e das mulheres são identificados através de hortas comunitárias, cozinhas solidárias e comunitárias, incidência junto ao poder público, grupos de educação popular, projetos socioambientais, geração de renda e várias outras atividades em que as mulheres são protagonistas, sejam nos processos de mobilização ou de execução das ações. Mulheres protagonistas, comunidades e ocupações solidárias.



**Por Alessandra Miranda**

Secretária executiva da 6ª Semana Social Brasileira e membro da coordenação executiva da Ação "Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais".

# Desafios, avanços e resistências marcam trajetória da Ação Mulheres

*A iniciativa engaja dezenas de grupos em mais de 20 comunidades de todas as regiões do país.*

**Por Flaviana Serafim**

Pelas ruas de terra, mães, avós e suas crianças caminham por até três quilômetros. A ausência de escola, posto de saúde e transporte obriga o percurso sob os mais de 30º do calor amazonense. Em Valéria, maior bairro da periferia de Salvador (BA), lideranças debatem alternativas contra a fome, a especulação imobiliária e o racismo ambiental.

Em Fortaleza (CE) e em Porto Alegre (RS), moradoras de comunidades vulneráveis produzem artesanato, gerando renda e sobrevivência às famílias enquanto seguem o embate por regularização fundiária. Vindos do Haiti, Venezuela e continente africano, migrantes e refugiadas reconstróem a vida unidas ao movimento de moradia, na capital paulista. Na região portuária do Rio de Janeiro (RJ), horta e cozinha comunitária alimentam a mobilização contra despejos, por teto, trabalho e comida no prato.

As sequelas da crise pós-pandemia persistem, agravando a exclusão. As mulheres são as principais vítimas da falta de políticas públicas, da violência doméstica e nas ruas, da fome e das desigualdades. Mas a despeito dos desafios, são essas mesmas mulheres que protagonizam a luta por direitos em suas comunidades, transformando realidades.

Iniciada há três anos para fortalecer a atuação de lideranças, a Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais” tem engajado dezenas de grupos em mais de 20 comunidades de todas as regiões do país. Mobiliza a partir das bases, onde o Estado não chega e, não raro, a Rede Jubileu Sul Brasil (JSB), a Semana Social Brasileira (SSB), a Central de Movimentos Populares (CMP) e parceiros locais do JSB são as únicas organizações atuando nesses territórios em Belo Horizonte (BH), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).



*Cartografia social na comunidade Vila Nossa Senhora da Conceição, Porto Alegre (RS). Foto: Sherlen Borges*

## Realidades em transformação

A trajetória teve percalços, mas também avanços. Mulheres que conquistaram a casa própria, voltaram a estudar, tiveram acesso à formação, ampliaram a incidência por direitos em seus territórios, além da presença nos espaços de participação política e a compreensão sobre como o orçamento e a dívida pública afetam a vida das mulheres. Com mobilização popular, parcerias e assessoria jurídica da ação, também foi possível a regularização fundiária, além dos despejos evitados e o reconhecimento de imóveis para habitação de interesse social.

A troca permanente de experiências de luta, conhecimentos e saberes tradicionais completam o legado da ação nos territórios, junto com os grupos produtivos que geram a renda imprescindível para a autonomia das mulheres.

A indígena Hellen Kokama faz parte de uma das 17 etnias que vivem na Nova Vida, comunidade de Manaus que recém conquistou a regularização de posse da área, depois de viverem desde 2018 sob constante ameaça de despejo. Essa regularização beneficia cerca de 3.500 famílias, A luta engajou, sobretudo, as mais de 400 famílias indígenas que reivindicam direitos ancestrais sobre o território.

Hellen diz que não teria casa se não fosse a Ação Mulheres. Ela é uma das lideranças nos grupos produtivos que em Manaus fazem biojóias e artesanato tradicional indígena.

“Estou passando às mulheres todo o conhecimento Kokama da cultura familiar materna, a língua materna, e a ação me deu essa oportunidade de ensinar. Minha renda era de artesanato, hoje temos dezenas de mulheres aprendendo e isso é de suma importância porque vêm progredindo”, afirma.

Elza Maria era doméstica. Com o estímulo da ação, terminou os estudos, fez curso de jardinagem, mudou de profissão. Hoje trabalha perto de casa, no centro do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que batalha por direito à posse de seu apartamento na Ocupação Vito Giannotti.

“Quero a regularização, poder ficar tranquila com minha família, com a certeza de que é minha casa, de que não vou para a rua onde já tem muita gente, nem sofrendo com aluguel, e assim poder ter uma alimentação melhor”, como relata a moradora em seu depoimento à série de videocast que retrata os territórios da ação.

**Acesse no site ou no canal do YouTube Jubileu Sul Brasil**

A mobilização de mulheres como Elza, o apoio jurídico são parte da soma de forças que conquistou a recomendação favorável do Ministério Público Federal para que o imóvel, pertencente ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), seja destinado como habitação de interesse social às famílias da ocupação.



Ação Mulheres no bairro  
Águas Claras, Salvador (BA)  
**Foto: Mila Souza**

Educadora popular, a economista Sandra Quintela integra a equipe nacional da ação e explica que “a Rede JSB não é movimento de moradia, nem movimento de mulheres. Nosso foco é o debate e a reparação das dívidas sociais, e num país com nosso histórico não é possível falar de reparação sem que as mulheres sejam prioridade. Daí a importância da continuidade, pelo impacto da ação nos territórios”, ressalta.



## RETRATO DOS TERRITÓRIOS

CIDADE	DÉFICIT HABITACIONAL <sup>1</sup>	HABITANTES	IDHM <sup>2</sup>	MORTALIDADE INFANTIL <sup>3</sup>	FAMÍLIAS NOS TERRITÓRIOS DA AÇÃO MULHERES
Belo Horizonte	95.620	2.315.560	0,797	9,28	Comunidade Alto das Antenas - 490 Ocupação Vitória - 4500
Fortaleza	116.379	2.428.678	0,754	12,02	Conjunto Palmeiras - 15750 Bairro Jangurussu - 1500 Ocupação Raízes da Praia - 84 Bairro Planalto Pici - 10600 Zona Vitória Parque Violeta Croatá - 84 Coliseu 1: 1800
Manaus	119 mil	2.063.547	-	12,8	Coliseu 3: 1500 Comunidade Nova Vida: 1060 Ocupação Cidade Nova - 165
Porto Alegre	85.983	1.332.570	0,771	7,78	Ocupação Vida Nova - 400 Vila Nossa Srª da Conceição - 300 Ocupação Habib's - 72
Rio de Janeiro	329.645	6.211.423	0,762	12,1	Ocupação Morar Feliz - 150 Ocupação Quilombo da Gamboa - 17 Ocupação Vito Giannotti - 28 Águas Claras - 37.029
Salvador	115.897	2.418.005	0,727	14,76	Nova Brasília de Valéria* Valéria/Cajazeiras
São Paulo	564.310	11.451.245	0,806	10,23	Ocupação Dom Paulo - 20 Ocupação Jean Jacques Dessalines - 30 Casa de Assis*

\*Sem dados sobre o total de famílias

Fontes: Atlas Brasil, IBGE, Relatório Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 (2022)

1 Por região metropolitana das capitais.

2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

3 Por mil nascidos vivos.



# O impacto de grupos produtivos nas comunidades

*Iniciativas para geração de renda, a partir dos princípios da economia popular solidária, garante também formação política, além de independência financeira para mulheres.*

**Por Isabela Vieira**

Ao longo dos 25 anos de história, a Rede Jubileu Sul vem atuando em territórios de todo o país, constatando sempre que as mulheres são as mais afetadas pela violência, pelo desemprego, pela retirada de direitos sociais e de políticas públicas. Como lutar pela reparação das dívidas sem considerar a centralidade e o papel da mulher nesse embate? É neste contexto que a Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais” surge e se fortalece.

Quando falamos em pobreza social também falamos de moradia, segurança alimentar, educação, saúde e lazer. Na teoria são direitos garantidos pela Constituição Federal a toda a população brasileira. No entanto,

mais de 30%, cerca de 62,5 milhões de pessoas, não têm acesso a esses direitos e sofrem com as dívidas sociais históricas.

Nesse cenário é essencial apoiar a luta das comunidades, especialmente a partir das mulheres, compartilhando momentos formativos, incentivando atividades culturais e viabilizando iniciativas da economia popular solidária para gerar renda e trabalho.

A economia popular solidária pode ser entendida como a produção, venda, troca, compra e finanças organizadas coletivamente por trabalhadoras e trabalhadores, com a proposta de uma autogestão em comunidade.



*Grupo produtivo “Tecendo Renda”, na ocupação Vida Nova, Porto Alegre (RS).  
Foto: Sherlen Borges*

O objetivo não é exclusivamente o lucro, mas também a busca do desenvolvimento humano, garantindo a soberania alimentar, levando em consideração o menor dano ao meio ambiente, o consumo consciente e o uso inteligente dos recursos naturais.

Trilhando os caminhos dos princípios da economia popular solidária as mulheres geram renda, sustento financeiro e alimentação às famílias e também emancipação – aqui, além da luta contra a fome que afeta mais de 30 milhões de pessoas no país, vale destacar a importância do empoderamento e da autonomia financeira às mulheres em geral e, sobretudo, às que são vítimas de violência doméstica, pois o acesso à renda é essencial para romper com o ciclo dessa violência.

É nesse sentido que a Ação Mulheres apoia iniciativas nos territórios de atuação, como é o caso da *Cozinha Produtiva Ocupação Vito Giannotti*, no Rio de Janeiro (RJ); do *Apoio a Projetos Socioeconômicos Autogestionários*, em Salvador (BA); do *Tecendo uma Vida Nova: Ateliê de Reativação de Talentos*, em Porto Alegre (RS); do projeto *Resistir e Transformar a partir da Organização das Mulheres*, de Manaus (AM); além do *Mulheres Fortalecendo o Território na Perspectiva da Segurança Alimentar e Economia Solidária*, em Belo Horizonte (MG); e dos *Grupos produtivos do Ceará*, em Fortaleza (CE).

## Segurança alimentar

Criado em 2020, durante a pandemia, o Sisteminha é uma das ações pensadas para promover segurança e soberania alimentar para comunidades que antes estavam em situação de vulnerabilidade. O Sisteminha visa a produção solidária de alimentos, com criação de peixes em tanques com recirculação e filtragem de água, e galinheiros e hortas comunitárias. Pode ser instalado em áreas urbanas e rurais, é facilmente adaptável às experiências das pessoas, condições climáticas e mercado local.

De acordo com Taciane Soares, articuladora local em Fortaleza, a ação que começou com foco na luta pela regularização fundiária resgatou a identidade das comunidades e contribuiu com a segurança alimentar, independência e proatividade das pessoas envolvidas. “As ações fortalecem muito as discussões a respeito das necessidades de moradia digna, acesso à alimentação de qualidade, saúde, educação e também ao trabalho. A discussão a respeito da valorização do trabalho doméstico, a valorização das mulheres e do potencial delas também ganhou espaço”, afirma.

Já a cozinha comunitária da Ocupação Vito Giannotti, no Rio de Janeiro, é uma das fontes de renda que garante a manutenção da rede elétrica, saneamento básico com esgoto, limpeza e reparo de equipamentos comuns da ocupação. Atualmente são produzidas cerca de 400 quentinhas que possibilitam a segurança alimentar de diversas famílias.

## Organização das Mulheres

Em muitos casos, a partir da ação nos grupos e de encontros nas comunidades, a população começa a identificar problemas enfrentados no dia a dia. É o caso das mulheres da ação "Resistir e Transformar a partir da Organização das Mulheres". Realizado em Manaus, o grupo produz sabão ecológico e artesanato para comercialização, gerando renda e senso de coletividade, uma vez que o grupo produtivo também é um espaço de acolhimento e diálogo.

Para a articuladora local Marcela Vieira, os trabalhos com a comunidade têm resultados positivos como a revogação da reintegração de posse e a regularização de uma das comunidades. "Vamos formalizar uma associação de mulheres, elas estão lutando por direitos como transporte público, educação e saúde. Já são grandes resultados".

Gorete Gama, articuladora local no Rio, fala sobre o papel social dos grupos produtivos e o impacto na vida das famílias. "Quando falamos de cozinha coletiva/comunitária, estamos falando de economia popular solidária. Percebemos que há um sentimento de pertencimento, como se somente as ações realizadas coletivamente fossem capazes de garantir qualidade de vida às famílias que ali moram", conclui.



Tanque de peixes do "Sisteminha" de segurança e soberania alimentar em Fortaleza (CE) **Foto: Lucas Calisto**

# Educação popular, caminho que emancipa mulheres

*"Acreditamos que cada mulher traz consigo um conhecimento valioso, resultado de suas lutas e trajetórias únicas".*

**Por Jucelene Rocha**

Os processos formativos emancipatórios marcam a trajetória das pessoas que integram a Ação "Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais". A educação popular se constitui como metodologia de base fundamental, mas o que isso significa? Esta opção estratégica implica no reconhecimento dos saberes e experiências cotidianas de todas as mulheres e outras pessoas envolvidas nos processos e iniciativas. Significa reconhecer todas as realidades culturais, sociais, econômicas e religiosas, na construção de novos saberes e na organização popular, em vista das transformações e avanços desejados.

**"Na construção dos momentos formativos, nossa abordagem metodológica está profundamente enraizada nos princípios da educação popular, que valoriza o conhecimento e a experiência das participantes, promovendo um processo de aprendizado coletivo, horizontal e transformador. Os momentos formativos são concebidos de maneira a empoderar as mulheres participantes, incentivando sua reflexão crítica e ampliando sua capacidade de ação",** explica a assessora pedagógica, Joseanair Hermes.

O diálogo, a construção compartilhada do conhecimento, o afeto, a percepção dos

problemas coletivos, são aspectos fundamentais para a concretização do projeto democrático de enfrentamento e superação das dívidas sociais, das desigualdades históricas que precarizam a vida das mulheres e perpetuam vulnerabilidades. **"Acreditamos que cada mulher traz consigo um conhecimento valioso, resultado de suas lutas e trajetórias únicas. Através do diálogo, podemos construir uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados e das soluções encontradas",** complementa Joseanair.

Em todas as ações e iniciativas, a Rede Jubileu Sul Brasil prevê uma série de processos formativos que incluem, de modo particular, temas centrais como o sistema da dívida pública e as lutas por reparações, especialmente com a população pobre que sofre as consequências mais agudas da desigualdade social; mulheres e juventude negra; povos originários e tradicionais.

**"A formação empodera e contribui na formulação de posicionamento crítico. Promover a aproximação das mulheres em áreas como o campo da política, da economia, da compreensão do sistema da dívida pública, dos processos de financeirização, faz com**

que cada pessoa se envolva e perceba que estes não são temas de exclusividade para A ou B. Todas as pessoas podem e devem compreender para atuar diretamente nessas questões fundamentais para a superação das desigualdades sociais no Brasil”, afirma a secretária executiva da Rede Jubileu Sul Brasil, Rosilene Wansetto.

Esses processos formativos tanto colocam luz em temas gerais, como aguçam e fortalecem o interesse das mulheres a respeito de temas específicos de seus territórios e realidades locais. Assim refletem sobre seus direitos, promovem a organização popular e conseguem interferir em suas realidades e destinos.

“Apostamos fortemente na educação popular, com rodas de conversa, oficinas, seminários, cartilhas, dentre outros formatos, como a metodologia da cartografia social, um poderoso instrumento para a construção de um plano de resposta, diante dos problemas enfrentados pelas mulheres em seus territórios. Todos estes instrumentos contribuíram para que as mulheres envolvidas pudessem atuar na defesa de direitos, especialmente o direito humano à moradia

e à reparação de todas as outras dívidas sociais”, destaca Rosilene.

Nos últimos dois anos, cerca de 1.000 mulheres foram alcançadas diretamente a partir de momentos formativos, seja participando de atividades de âmbito nacional ou de iniciativas locais, nas cidades envolvidas: Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP).

“Os momentos formativos desempenham um papel fundamental no fortalecimento das comunidades e das mulheres de diversas maneiras”, afirma Joseanair, que também destacou o empoderamento individual e coletivo; a ampliação da consciência crítica a respeito das estruturas de poder e das dinâmicas sociais que afetam a vida das mulheres; o fortalecimento dos espaços de articulação e mobilização para a participação cidadã, a partir de uma rede de apoio vital para enfrentar os desafios; a quebra do isolamento; o desenvolvimento de lideranças confiantes e a transformação da realidade, como principais contribuições da Ação Mulheres para que as pessoas sigam juntas na luta por direitos e reparações.



Formação com mulheres em Manaus  
Foto: Patrícia Cabral



*Ciranda de formação sobre a cartilha "Mulheres e Espaços de Participação Popular" na ocupação Alto das Antenas, Belo Horizonte (MG)*

**Foto: Raiz Policarpo**

Como resultado das trocas que se deram nos momentos formativos ao longo dos últimos dois anos, ou motivados por eles, nasceram diversos conteúdos, que são ao mesmo tempo, instrumentos para a formação contínua e frutos das experiências sistematizadas.

Os resultados dessas trocas estão disponíveis em forma de cartilhas, manuais, orientações metodológicas, sistematização de cartografia social, cartaz mural e outras produções como vídeos e podcasts, todos disponíveis na biblioteca do site [jubileusul.org.br](http://jubileusul.org.br), Spotify e YouTube.

"As publicações desempenham um papel crucial, servindo como ferramentas de disseminação de conhecimento, mobilização e incidência.

Elas representam uma maneira tangível de consolidar o aprendizado e compartilhar informações relevantes com as mulheres nas ocupações e comunidades onde atuamos.

Têm um papel integral no processo formativo, conectando o aprendizado teórico às ações práticas e à transformação social. Elas são veículos poderosos para disseminar conhecimento, capacitar as mulheres, influenciar políticas e amplificar as vozes das comunidades em busca de justiça e igualdade social", destaca Joseanair.

"Durante este último período, que compreende dois anos do trabalho da Ação Mulheres nos territórios, tivemos uma grande produção de cartilhas.

Foi uma série de seis, onde tratamos de diferentes temas que envolvem o cotidiano das mulheres e seus direitos, conhecimento sobre o sistema da dívida pública, dinâmica do orçamento público, direito à moradia e participação popular. Foi um tempo produtivo do conhecimento", conclui Rosilene Wansetto.

## Somar para avançar: a saída é coletiva!

*"A cultura no sistema capitalista em que vivemos diz que o indivíduo sozinho resolve tudo, mas não há saída individual para os problemas que vivemos no país".*

**Por Flaviana Serafim**

Numa manhã de agosto deste 2023, chegou a notícia mais esperada pelas cerca de 3.500 famílias da ocupação Nova Vida, em Manaus (AM): viver finalmente sem o risco de sofrer despejo, de perderem suas casas e seu território, depois de quase cinco anos de batalha judicial. Em decisão da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Amazonas (SJAM), foi extinta uma ação civil pública de reintegração de posse que o Ministério Público Federal (MPF) movia desde 2018 para retirada das famílias.

A alegação do MPF era de que a ocupação Nova Vida foi formada numa área do sítio arqueológico Cemitério dos Índios, pertencente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foram longos anos de ameaça de despejo até a comunidade,

o MPF e o IPHAN entrarem num acordo, em março de 2023, quando foi consensuado que o Museu da Amazônia (MUSA) faria a retirada e a guarda de urnas funerárias e outros artefatos indígenas de forma gratuita. Dois meses depois, foi assinado o acordo para anulação da ação civil contra as famílias.

Todo o processo de acordo teve mediação da Defensoria Pública Estadual (DPE) e da União, num embate em que a comunidade teve assessoria jurídica da Ação **"Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais"**.

Em Manaus, a ação é realizada numa parceria local da Rede Jubileu Sul Brasil (JSB) com a Cáritas Brasileira, e nacionalmente com a 6ª Semana Social Brasileira (SSB) e a Central de Movimentos Populares (CMP).

Ampliar a soma de forças com outras organizações e movimentos parceiros foi essencial para a vitória em prol da ocupação, assim como outros avanços na luta por direitos das comunidades. No caso da ocupação Nova Vida, numa aliança com o Fórum Amazonense de Reforma Urbana, a Habitat para a Humanidade e a Campanha Despejo Zero.

No Rio de Janeiro (RJ), onde a Ação Mulheres é realizada com a CMP, essa assessoria jurídica e aliança estratégicas impulsionam avanços pelo direito à regularização fundiária às famílias da ocupação Vito Giannotti.



**Festival de comunicação popular e sindical no Rio de Janeiro (RJ)**  
**Foto: Adriana Medeiros**

Sem cumprir função social, o prédio no bairro do Santo Cristo estava há 10 anos abandonado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS até ser ocupado, em 2016.

Em maio de 2023, as famílias conquistaram uma recomendação favorável do Ministério Público Federal (MPF) para que o imóvel seja destinado à habitação de interesse social, e agora seguem no embate para que os moradores conquistem a posse efetiva.

Em Belo Horizonte (MG), a ação ocorre em parceria com a Rede Nacional Feminista de Saúde, e em Porto Alegre (RS) com a Rede Emancipa. De uma aliança entre as duas parceiras, foi lançado um cursinho popular do Emancipa na ocupação Alto das Antenas, na capital mineira. Em Salvador, a parceria com a Cáritas Regional Nordeste 3 impulsiona a geração de renda às mulheres a partir da economia solidária.

**“A saída só será coletiva. A cultura no sistema capitalista em que vivemos diz que o indivíduo sozinho resolve tudo, mas não há saída individual para os problemas que vivemos no país. O direito para o povo preto e pobre no Brasil só foi conquistado na luta, não teve nada de graça”**, ressalta a economista e educadora popular Sandra Quintela, que integra a coordenação da Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais”.

Sobre a importância dos processos coletivos para empoderar e fortalecer as mulheres, ela diz que **“o exercício cotidiano do trabalho coletivo, da construção coletiva, do compartilhar, do estar juntas, do conversar, é fundamental para superar essa grave situação em que vive o povo brasileiro. Além disso, tem o fortalecimento dessa mulher, da pessoa como indivíduo, como sujeita portadora de direitos, merecedora de direitos”**.

## *Articular, incidir, denunciar*

Tão logo as atividades foram retomadas no início de 2023, membros da coordenação e articuladoras da Ação Mulheres foram à Brasília para uma série de reuniões nos ministérios, entre os quais o de Cidades, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, das Mulheres e Povos Indígenas, para dialogar sobre as políticas públicas urgentes e prioritárias na atuação da Rede.

**“Cada território da Ação Mulheres tem essa dimensão do trabalho de fortalecimento local e também o trabalho de denúncia no nível nacional, como as missões que denunciaram a situação das ocupações no país, as audiências públicas, parcerias com parlamentares, com Defensorias Públicas e Ministério Público, o que nos permitiu avançar na luta contra a desapropriação e à favor da moradia popular”**, completa Sandra Quintela.

Em São Paulo, a ação ocorre articulada com a coordenação das ocupações Dom Paulo Evaristo Arns e Jean Jacques Dessalines, lideradas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), e na Casa de Assis numa parceria com o Sefras – Ação Social Franciscana, organização membro da Rede JSB. Na capital paulista, a ação engaja sobretudo migrantes e refugiados na luta por moradia digna, fortalecendo lideranças e apoiando a incidência política.

O Movimento de Conselhos Populares (MCP) é o parceiro em Fortaleza (CE), onde a ação também incide pressionando parlamentares e governos. Por emenda parlamentar na Assembleia Legislativa, a proposta é transformar em política pública para bairros vulneráveis o “Sisteminha” de segurança e soberania alimentar para produção solidária e comunitária de alimentos.



# Mulheres em luta: questões vitais dos novos tempos

Políticas públicas são respostas de um governo às necessidades sociais. Elas podem vir com a “máscara do favor” ou com a “marca da justiça”. Quanto mais fraca a organização, a participação popular, mais facilidade o governo vai ter para definir políticas de acordo com seus interesses, que são também os interesses de quem vive de privilégios nas relações que estabelece com o poder.

No universo das políticas públicas destacam-se aquelas específicas para mulheres, fundamentais para fortalecer a sua luta por direitos e justiça social. Ocorre que, como vivemos em uma sociedade patriarcal e machista, que não reconhece o trabalho reprodutivo que a mulher realiza como sendo trabalho, o capitalismo se aproveita dessa cultura para continuar explorando o corpo e a força de trabalho das mulheres. Sempre se reinventando, o capitalismo inaugura novas condições de exploração e de lucro, que impõem transformações no cotidiano das mulheres e atualizam o patriarcado que se junta com o poder do privilégio. Daí, políticas públicas que poderiam contribuir para mudar essa condição das mulheres, são sempre substituídas pelo mais fácil — programas assistenciais que não se sustentam estruturalmente.

A população vulnerabilizada vive uma realidade emparedada pelo sistema financeiro global. Chegamos ao extremo da injusta divisão do trabalho doméstico, da naturalização da violência, do racismo, do machismo e do ódio à libertação das mulheres — basta ver o aumento de feminicídios no país —, a partir de um tipo de masculinidade onde o homem se afirma pela violência. A consequência dessa construção social é termos as mulheres como o grupo vulnerável que mais sofre as consequências da ausência de políticas públicas.

Os sucessivos governos têm substituído o direito ao trabalho e à proteção do Estado por meio das políticas públicas, por diferentes tipos de auxílio à pobreza e pelo empreendedorismo — a farsa do sucesso e projeção individual.

Espaços importantes para esse debate seriam as audiências públicas, no processo de discussão da Lei Orçamentária Anual — LOA, momento em que a população se expressa para indicação dos investimentos públicos necessários ao desenvolvimento do Estado, em uma perspectiva de superação das desigualdades tão gritantes nas cidades.

**Por Magnólia Said**

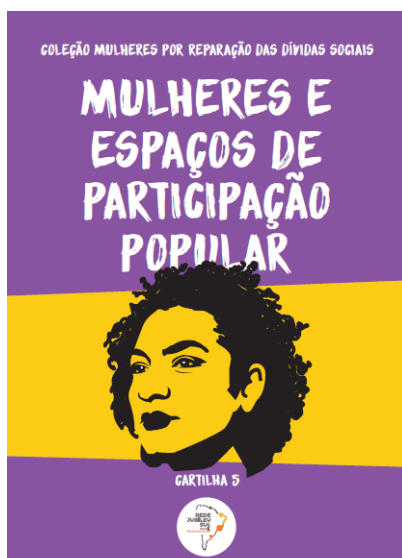
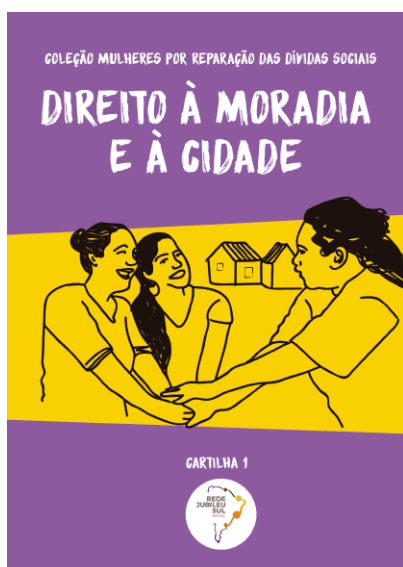
*Educadora feminista e assessora técnica da Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais”.*



No caminho do fortalecimento da organização das mulheres, com a ação do Jubileu, hoje temos vários grupos com produções diversificadas, alguns com acesso a feiras em bairros ou lojas da economia solidária, produzindo para a autossustentação, desenvolvendo ações de autocuidado e se fortalecendo politicamente, a partir de um processo continuado de formação, em uma perspectiva de integralidade da pessoa e sua relação com o universo que a circunda, combinada com a participação em espaços onde se discute e se decide políticas.

São muitos os desafios que estão postos e é provável que para darmos conta deles tenhamos que andar um pouco mais. O que cabe a nós, diante de um contexto à beira da insustentabilidade? Temos a capacidade de reverter essa lavagem cerebral que os instrumentos do capital tentam consolidar, através de processos continuados de formação, para ampliar nossa capacidade de leitura da realidade. Desse modo e com uma articulação política fortalecida, será possível a construção de estratégias capazes de enfrentar a negação do direito à cidade para essas populações, tendo por base uma vida digna para as famílias.

**Acesse nossa biblioteca virtual para ler outros conteúdos referentes às dívidas sociais**



# E mais!

## **Cartaz Mural**

**Dívida Pública: vamos falar sobre isso e mudar a nossa história?**

.....

## **Cartografia Social**

**Ferramenta de transformação**

.....

## **Manual para lideranças populares com atuação em realidades de violação dos direitos humanos**

.....

## **Metodologias do trabalho com mulheres**

.....

## **Revista Sinergia Popular**

.....

## **Revista Ação Mulheres (1ª Edição)**

.....

## **A Nova Lei da Previdência o que você perde com ela?**

.....

## **A dívida pública e seu impacto na vida das mulheres**



**Ouçã  
no Spotify**

**Podcasts Mulheres  
em Ação Lutas  
em Foco**





**Assista  
no Youtube**

**Videocast  
Ação  
Mulheres**




**Acesse  
no Site**

**[Publicações  
na biblioteca  
virtual](#)**



[www.jubileusul.org.br](http://www.jubileusul.org.br)

-  @redejubileusul
-  @jubileusul
-  @jubileuSul
-  Jubileu Sul Brasil JS/BR

[www.ssb.org.br](http://www.ssb.org.br)

-  @ssbrasileira
-  @ssbrasileira
-  @SSBrasileira
-  @SSBrasileira

[www.cmpbrasil.org](http://www.cmpbrasil.org)

-  @cmpbrasil
-  @cmp.brasil
-  @CMP Brasil

Realização



Parceria



Apoio

